

MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

HELENA CARREIRAS, LISBOA, EDIÇÕES COSMOS, 1997

Primeiro título da colecção Biblioteca de Sociologia, editado pelas Edições Cosmos que decidiram, em 1997, levar à estampa o livro de Helena Carreiras intitulado *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Escolha singular num país onde a produção científica sobre a matéria escasseia, ou por falta de interesse da comunidade intelectual ou por alheamento do público leitor.

Tratando-se de um estudo exploratório, segundo a sua autora, o mesmo não surge isolado, sendo antes o corolário de um conjunto de trabalhos de investigação directa e indirectamente relacionados com o domínio da análise sociológica sobre a relação entre algumas componentes da sociedade civil e a instituição militar.

Dividido em duas partes distintas, o livro reporta-se na primeira à situação do tema no âmbito da produção científica internacional, numa dupla vertente: a teórica e a do debate intelectual envolvente. Numa segunda parte envereda-se por um percurso empírico – analítico, baseado num inquérito de opinião dirigido a todos os elementos femininos que, em 1994, prestavam serviço militar efectivo nas Forças Armadas Portuguesas.

Mais do que compreender a percepção das mulheres no seio das Forças Armadas Portuguesas, o resultado deste estudo, realizado com assinalável minúcia e rigor científico, permite-nos tirar interessantes conclusões sobre o estado das relações sociais no interior da sociedade portuguesa, tendo como elemento de aferição o género e as suas implicações sócio – profissionais, neste caso no seio da instituição militar.

O tema é desenvolvido pela autora com isenção face à envolvente político – ideológico, que caracteriza a maior parte das posições científicas sobre esta matéria, nomeadamente aquelas de pendor feminista nas quais o factor género ocupa lugar preponderante. À isenção ideológica, poderíamos adicionar o elemento qualitativo da objectividade e clareza com que progride ao longo da obra, a análise empírica em torno da relação: género, violência armada e feminização da instituição militar.

Helena Carreiras começa por abordar o tema reportando-se à literatura e mitologia clássicas, nas quais a presença feminina na “gestão da violência” e a sua posição transgressora (p.13) na ordem social ideal, parece encontrar equivalente no actual “estado de marginalidade” (pp.174-179) que molda ainda e apesar de tudo, a relação entre as mulheres, a sociedade e

a instituição militar. A mulher amazona “masculinizada e não natural” e a mulher militar “diferente do normal” (p.174), ou seja que não corresponde a um protótipo cultural e socialmente construído.

Com o início da Primeira Guerra a presença de mulheres no cenário de guerra vulgariza-se, embora confinada a papéis de cariz humanitário tradicionalmente considerados como femininos. Só com o deflagrar da Segunda Guerra, os corpos femininos assumiram um leque mais vasto de funções ao nível da administração, da intendência, dos transportes e comunicações, que passam a ser aquelas onde a presença de mulheres se vem tornar mais frequente e em alguns casos até tradicional. Tal presença correspondia, no entanto, mais a uma escassez de mão de obra masculina, do que a uma forma de diversificação dos papéis femininos, desempenhando as mulheres uma função importante como “reserva de força de trabalho” em tempo de guerra.

Os anos 60 e 70 trouxeram consigo movimentos sociais, que se congregaram em torno de um ideário social baseado na igualdade de oportunidades entre sexos, quer no espaço social privado, quer no espaço público. Certas correntes do movimento feminista insurgiram-se contra a gestão da violência pelos homens por “colocar as mulheres numa posição de dependência e de desigualdade”, furtando-lhes um importante instrumento de poder e coerção. A esta corrente outras de cariz pacifista se lhe oporiam, baseadas no pressuposto da natureza maternal e pacifista das mulheres.

A sociologia feminista vem reforçar esta posição, ao chamar a si o tema dos direitos fundamentais da igualdade e da cidadania, considerando o género feminino como sendo dotado de uma moralidade e de uma prática social específicas e distintas da moralidade e prática social masculinas.

Apesar do aparente desentendimento entre as correntes a que aludimos, as alterações de fundo do cenário internacional; a modificação da forma como se passou a gerir a “violência organizada” e da maneira como os estados passaram a expressá-la externamente, facilitou sem dúvida a implementação de um serviço de conscrição feminino.

Quase em simultâneo a prevalecente lógica vocacional, passou a dar lugar a uma lógica profissional, em que as escolhas institucionais se sobrepujaram às escolhas ocupacionais (p.56), colocando as políticas de recrutamento numa posição de maior dependência em relação às leis da oferta do mercado de trabalho global.

A análise empírica do caso português é iniciada pela autora, com uma constatação, que nos conduz ao cerne da questão, ao aludir ao facto de a experiência do recrutamento feminino nos últimos anos, não ter sido acompanhada por debates reflectidos, tanto ao nível da sociedade civil, como das próprias instituições políticas. Afigura-se-nos residir aqui o fulcro da questão sobre a participação das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas.

O acompanhamento interno da questão revestiu-se de características que se aproximaram mais das “da curiosidade e do pitoresco” (p.81), do que de uma necessidade consciente e reflectidamente assumida, quer pela sociedade, quer pelos decisores políticos.

Só em 1990 a participação das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas ultrapassa o quadro ocupacional tradicionalmente considerado, para se estender à pilotagem e engenharia, além da medicina e administração.

Apenas entre 1992-93 se verificam as primeiras candidaturas aos três ramos das Forças Armadas para o cumprimento voluntário do serviço militar, numa fase coincidente com a reestruturação e redimensionamento da instituição militar.

Esta alteração foi acompanhada por uma modificação das motivações, reforçando-se a componente ocupacional, com uma sobrevalorização dos aspectos técnico-profissionais onde prevalecem motivações ocupacionais (p.89).

A este alargamento da base de recrutamento não foi alheia a necessidade de pessoal mais qualificado, face aos crescentes requisitos tecnológicos da arte da guerra, pese embora a complexidade do processo de adaptação e reorganização interna por forma a otimizar a integração de mulheres no espaço militar.

Do estudo caso, outros elementos de muito interesse são-nos dados por este trabalho, nomeadamente no que respeita à sociografia das primeiras mulheres incorporadas, bem como às motivações, às aspirações e às expectativas de uma situação em que as orientações individuais das candidatas não são inteiramente compatíveis com as políticas institucionais.

Elemento relevante da análise desenvolvida sobre a origem das candidatas, reporta-se ao facto de se registar uma percentagem elevada de candidatas de famílias provenientes das ex-colónias e de emigrantes regressados.

No que concerne às expectativas de mobilidade social ascendente, estas assumem um maior peso quando consideradas as motivações das jovens

incorporadas, relegando para um segundo plano servir os interesses do país e ser útil à sociedade (p.126).

Questão curiosa relaciona-se com a análise destes dois últimos factores de motivação, na sua relação com o grau de habilitações, sendo as motivações de serviço e utilidade à nação cada vez menores, quando mais elevados são as habilitações escolares das candidatas (p.127).

A relação entre o alistamento e as expectativas de carreira revela-nos também elementos importantes para a compreensão da forte envolvente social em torno da questão central. Foram utilizadas três vertentes de análise para parametrizar o factor expectativas: a vertente institucional, a vertente ocupacional e as razões de ordem circunstancial. Ocupando a primeira e a segunda lugar de destaque em detrimento da terceira.

O estudo mostra-nos que os indicadores prevalecentes quando se analisa as motivações para a adesão às Forças Armadas reflectem um espectro hierarquicamente estruturado por ordem decrescente desde: a atracção pelo ambiente organizado das Forças Armadas, até à vontade de servir o país, à possibilidade de desenvolver uma actividade prestigiadora e por último o desejo de fazer algo diferente.

Resta-nos uma chamada de atenção para os anexos relativos ao inquérito contidos no final da obra, cujos indicadores, para além do seu óbvio valor informativo, constituem uma boa base de partida para futuros trabalhos comparativos sobre as mulheres nas forças armadas e sobre as várias sociografias subjacentes, determinantes da relação género – instituição militar.

Isabel Ferreira Nunes